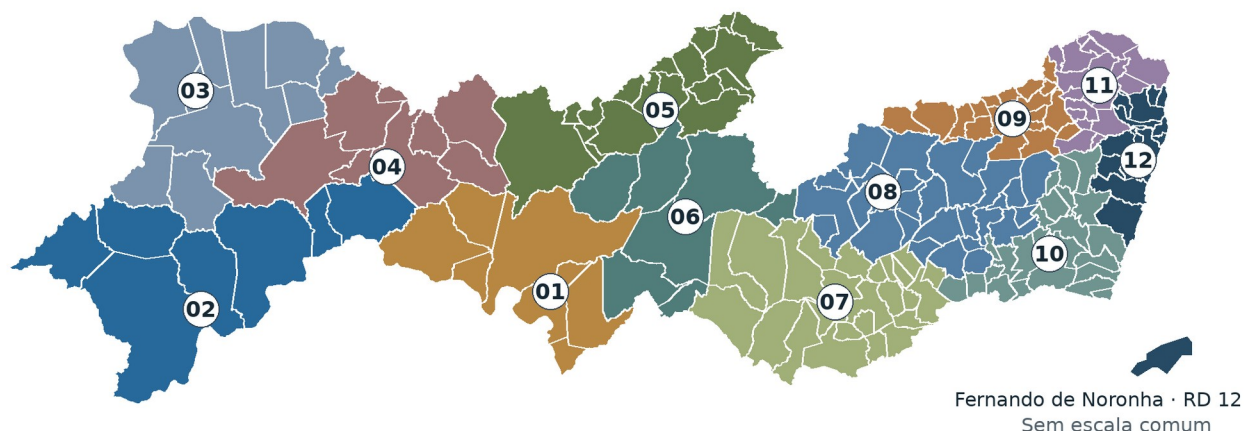


MAPA DE PRIORIDADES DE PERNAMBUCO

Referência territorial para a atuação parlamentar de Túlio Arruda



Túlio Arruda

Educador e gestor público

10 prioridades estaduais • 12 regiões de desenvolvimento

184 municípios e Fernando de Noronha

Edição setembro de 2026

MAPA DE PRIORIDADES

Carta de apresentação

Quero levar para a Assembleia Legislativa um compromisso de trabalho que possa ser acompanhado pelas pessoas.

Pernambuco tem realidades que exigem respostas diferentes. Uma família que precisa de água no Sertão, um jovem que procura qualificação no Agreste e uma pessoa que espera atendimento de saúde na Região Metropolitana têm o mesmo direito de serem considerados nas decisões do Estado.

Este Mapa organiza dez prioridades e uma leitura das doze Regiões de Desenvolvimento. Ele aproxima os desafios dos territórios dos instrumentos que um deputado estadual pode utilizar: apresentar e debater leis, fiscalizar o governo, acompanhar políticas públicas, atuar no orçamento e representar a população.

Minha experiência como educador e gestor público orienta uma escolha central: acompanhar se o serviço chega à população. Uma escola precisa ensinar. Uma unidade de saúde precisa atender. Uma obra precisa estar concluída, funcionar e ter condições de manutenção.

Quero defender a interiorização das oportunidades, o cuidado com a infância, a inclusão das pessoas com deficiência e o fortalecimento dos municípios. A inovação deve ajudar a reduzir a distância entre o cidadão e o serviço público, com atendimento acessível e alternativas para quem precisa de ajuda presencial.

As prioridades destas páginas serão aprofundadas pelo diálogo com a população e pelos dados de cada município. Cada encaminhamento deverá ter registro, responsável, prazo de acompanhamento e uma resposta compreensível para quem apresentou a demanda.

Meu compromisso é usar este documento como referência de trabalho, revisar o que precisar ser corrigido e prestar contas do que for encaminhado. Pernambuco precisa de uma representação que conheça seus territórios e acompanhe suas necessidades ao longo de todo o mandato.

Túlio Arruda

Educador e gestor público

MAPA DE PRIORIDADES

Como consultar este Mapa

O documento pode ser lido por tema, por território ou pela forma de atuação parlamentar.

Conteúdo	Páginas
Apresentação e método	2 a 4
Diagnóstico estadual e mapa territorial	5 a 8
Dez prioridades estaduais	9 a 18
Doze Regiões de Desenvolvimento	19 a 30
Municípios e cooperação territorial	31 e 32
Instrumentos parlamentares e orçamento	33 e 34
Acompanhamento e primeiros 100 dias	35 e 36
Participação e atualização	37
Fontes consultadas	38 e 39
Contato	40

Três leituras complementares

As prioridades temáticas mostram o que merece atenção em todo o Estado. As páginas regionais indicam como essas prioridades podem se traduzir em cada território. A parte final apresenta instrumentos, critérios e rotinas para acompanhar o trabalho.

Como interpretar as propostas

Os diagnósticos têm fontes e datas. As ações são propostas de atuação parlamentar. Os indicadores descrevem o que deverá ser acompanhado; não representam metas já pactuadas ou resultados alcançados.

Uma referência aberta

O Mapa serve à população, aos gestores, aos conselhos, às entidades e aos representantes políticos. Sua atualização deve incorporar novas evidências e demandas, preservando o histórico dos encaminhamentos.

MAPA DE PRIORIDADES

Método e critérios de prioridade

A edição de setembro de 2026 reúne diagnósticos públicos e propostas para organizar a atuação parlamentar.

Base territorial

A organização regional segue a Lei estadual nº 19.159/2025, revisão do PPA para 2026. Pernambuco possui 184 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A RD Metropolitana inclui Noronha para fins desse planejamento; isso não o transforma em município da Região Metropolitana do Recife. [01, 02]

Evidências e registro social

Os dados públicos sustentam o diagnóstico. Uma demanda social deve ser registrada com local, data, descrição, origem e evidência disponível. Diagnóstico técnico e relato de escuta devem permanecer identificados, para que o leitor possa reconhecer a origem de cada informação.

Como decidir o que vem primeiro

- Proteger a vida e evitar a interrupção de serviços essenciais, com atenção a crianças, pessoas com deficiência e comunidades expostas a riscos.
- Reduzir desigualdades entre municípios, bairros e comunidades rurais, observando o acesso efetivo ao serviço.
- Escolher encaminhamentos com competência institucional definida, possibilidade de financiamento e capacidade de manutenção.
- Priorizar soluções que atendam mais de um município quando houver ganho de escala, sem afastar comunidades menores.

Como comparar os dados

Cada número conserva seu período de referência. Censo, PNAD, registros administrativos e sistemas de prestação de serviços medem fenômenos diferentes. Percentuais de um cadastro não devem ser tratados como taxas de toda a população. Regiões de Saúde também não devem ser confundidas com Regiões de Desenvolvimento.

Revisão permanente

A validação local deve confirmar as prioridades e definir a situação inicial dos indicadores. A atualização deve informar o que mudou, a fonte utilizada e a justificativa para incluir, alterar ou encerrar uma demanda.

MAPA DE PRIORIDADES

Pernambuco em um olhar

Os indicadores mostram a dimensão dos desafios. Sua leitura exige atenção às datas e ao universo de cada pesquisa.

Indicador	Referência	Leitura para o mandato
9,06 milhões de habitantes	Censo 2022 [01]	Planejar serviços pela distribuição territorial da população.
184 municípios e um distrito estadual	Divisão administrativa [01, 02]	Organizar representação e cooperação entre territórios.
40,3% abaixo da linha de pobreza	IJSN com PNAD 2024 [04]	Associar proteção social, renda e acesso a serviços.
6,3% em extrema pobreza	IJSN com PNAD 2024 [04]	Priorizar famílias com maior privação material.
8,3% de desocupação	2º trimestre de 2026 [05]	Conectar formação, oportunidades e intermediação de trabalho.
4,7 no Ideb do ensino médio	Resultado estadual de 2025 [06]	Acompanhar aprendizagem e permanência por escola.
91% do território com seca	Monitor de Secas agosto 2026 [07]	Acompanhar abastecimento e adaptação climática.
1.551 contratos paralisados ou com indícios	Levantamento TCE 2024–2025 [08]	Cobrar diagnóstico, retomada e funcionamento das obras.

O que estes números orientam

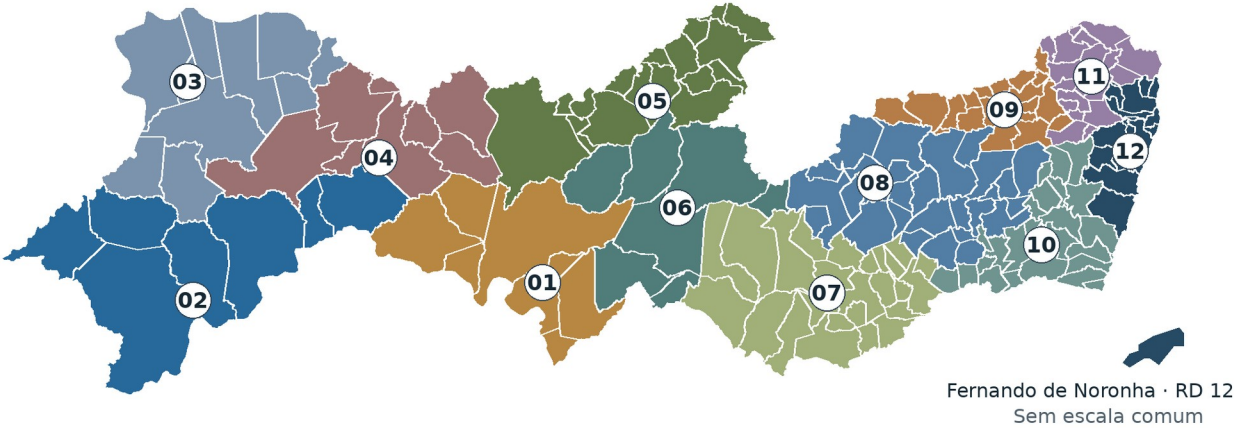
A leitura conjunta sustenta quatro frentes: acesso a serviços, oportunidades de renda, proteção diante dos riscos e capacidade de entrega do poder público. A prioridade deve ser definida também pelo bairro, pela comunidade rural e pelo grupo que enfrenta maior dificuldade de acesso.

Pobreza: estudo IJSN publicado em maio de 2025, com linhas mensais per capita de R\$ 692,54 e R\$ 217,37 a valores de 2024. O levantamento de obras inclui contratos municipais e estaduais. Os indicadores não compõem uma série única.

MAPA DE PRIORIDADES

Pernambuco por território

As doze Regiões de Desenvolvimento permitem organizar prioridades e acompanhar sua distribuição no orçamento.



RD	Região	Unidades territoriais
01	Sertão de Itaparica	7 municípios
02	Sertão do São Francisco	7 municípios
03	Sertão do Araripe	10 municípios
04	Sertão Central	8 municípios
05	Sertão do Pajeú	17 municípios
06	Sertão do Moxotó	7 municípios
07	Agreste Meridional	26 municípios
08	Agreste Central	26 municípios
09	Agreste Setentrional	19 municípios
10	Mata Sul	24 municípios
11	Mata Norte	19 municípios
12	Metropolitana	14 municípios e Fernando de Noronha

Regionalização: Lei nº 19.159/2025, art. 1º, § 2º. Cartografia municipal: IBGE, malha simplificada. Noronha aparece em representação separada, sem escala comum ao continente. [02, 19]

MAPA DE PRIORIDADES

Desigualdades que exigem respostas

As propostas deste Mapa partem de uma leitura integrada dos problemas e precisam ser confirmadas em cada território.

Renda e oportunidade

O estudo do IJSN registra queda da pobreza em Pernambuco entre 2023 e 2024, de 47,7% para 40,3%. O patamar ainda elevado pede acompanhamento das condições de vida. A proposta é combinar proteção social com qualificação, apoio ao trabalho e serviços que permitam às famílias aproveitar novas oportunidades. [04]

Acesso e distância

O Plano Estadual de Saúde apresenta a regionalização como elemento da organização assistencial. Para o mandato, isso orienta uma pergunta prática: quanto tempo uma pessoa espera e quanto precisa se deslocar para completar seu tratamento? A distribuição dos equipamentos deve ser examinada junto à oferta efetiva de profissionais e procedimentos. [09]

Aprendizagem e permanência

O Ideb do ensino médio de Pernambuco passou de 4,5 em 2023 para 4,7 em 2025. O avanço merece continuidade. A média estadual deve ser acompanhada por resultados de escola, aprendizagem e permanência, para que a melhoria alcance os estudantes que encontram maiores obstáculos. [06]

Clima e continuidade dos serviços

Em agosto de 2026, a seca grave alcançava 28% do território pernambucano. A análise territorial deve relacionar esse risco com o abastecimento, a produção rural e as condições de funcionamento de escolas e unidades de saúde. Nos locais expostos a enchentes, a prevenção também precisa integrar o planejamento. [07]

Investimento e funcionamento

O diagnóstico de obras do TCE recomenda atenção à capacidade de concluir investimentos. Antes de defender uma nova construção, o mandato deve examinar se existem estruturas aproveitáveis, projetos interrompidos ou serviços que podem melhorar com manutenção e equipes. [08]

MAPA DE PRIORIDADES

Problemas que precisam ser tratados juntos

A vida da população não se divide em secretarias. As ações propostas devem considerar as relações entre os serviços.

Situação a examinar	Resposta articulada proposta
Jovem deixa a escola para trabalhar	Busca ativa, permanência, horários adequados e formação vinculada a oportunidades locais.
Família não consegue manter tratamento	Regulação, transporte sanitário, assistência social e acompanhamento pela rede de saúde.
Comunidade sofre interrupções de água	Operação do sistema, manutenção, perdas, contingência e proteção de equipamentos essenciais.
Pessoa com deficiência encontra barreiras	Acessibilidade, apoio escolar, reabilitação, transporte e atendimento compreensível.
Agricultor perde renda em período seco	Água, assistência técnica, planejamento produtivo e acesso a mercados.
Obra fica pronta e não funciona	Previsão de equipes, despesas permanentes, equipamentos e responsabilidade pela manutenção.

Acompanhamento de trajetórias

A avaliação deve seguir o percurso do cidadão. Na saúde, do encaminhamento ao atendimento. Na educação, da matrícula à aprendizagem e conclusão. Na produção rural, do apoio técnico à venda. Isso permite localizar o ponto em que o serviço perde efetividade.

Recortes que devem aparecer

Sexo, idade, raça, deficiência, território urbano ou rural e pertencimento a povos e comunidades tradicionais devem orientar a análise quando houver dados adequados. O objetivo é identificar barreiras específicas e ajustar a resposta.

Critério de resultado

Quantidade de ações informa esforço, mas não prova solução. O mandato deve registrar também o que melhorou para a população e o que continua impedindo o atendimento. A integração proposta deverá respeitar as responsabilidades de cada órgão.

PRIORIDADE 01

Educação e qualificação profissional

Aproximar a escola das oportunidades de cada território e acompanhar o que os estudantes aprendem.

Diagnóstico

O Ideb de 2025 indica avanço em Pernambuco. Ao mesmo tempo, a proficiência de língua portuguesa do 9º ano passou de 259,42 para 258,21 pontos entre 2023 e 2025. A melhoria do índice agregado exige atenção à aprendizagem por etapa. Essa evidência orienta a proposta de acompanhar a transição para o ensino médio e a formação profissional. [06]

O que deve ser priorizado

- Defender expansão planejada do ensino técnico no interior, ligada às atividades econômicas e à capacidade de oferta de cada região.
- Acompanhar permanência escolar, recomposição da aprendizagem e apoio aos estudantes na transição entre etapas.
- Articular educação de jovens e adultos com qualificação e horários compatíveis com o trabalho.
- Cobrar condições de ensino, acessibilidade, conectividade, transporte e formação dos profissionais.

Atuação na Assembleia

Examinar orçamento e metas da educação, solicitar informações por escola e região e promover debate com estudantes, profissionais e municípios. Propor normas cabíveis sobre transparência e acompanhamento, sem substituir a gestão pedagógica ou criar estruturas do Executivo por iniciativa inadequada.

Como acompanhar

Aprendizagem em português e matemática; abandono e conclusão; matrícula e conclusão em cursos técnicos; disponibilidade de vagas por região. A inserção no trabalho deverá ser acompanhada com método e período definidos, sem atribuir todo resultado ao curso.

Primeiro encaminhamento

Reunir dados de oferta técnica, procura, permanência e conexão com atividades locais. Identificar territórios sem atendimento suficiente e apresentar os achados às comissões competentes.

Fonte do diagnóstico: Inep, Ideb e Saeb 2025. [06]

PRIORIDADE 02

Saúde regional e acesso ao cuidado

Reduzir barreiras entre a necessidade de atendimento e a conclusão do cuidado.

Diagnóstico

O Plano Estadual de Saúde 2024–2027 identifica fragilidades na organização de redes regionais, na regulação e no acesso a serviços. O plano descreve o desgaste de pacientes da III Região de Saúde que precisam viajar a Recife para tratamentos, especialmente oncologia e hemodiálise. Sua base reúne anos distintos e exige atualização. A proposta é acompanhar oferta real, regulação, transporte, reabilitação, saúde mental e cuidado materno e infantil. [09]

O que deve ser priorizado

- Acompanhar filas por especialidade, tempo de espera e critérios de prioridade, com proteção dos dados pessoais.
- Defender fortalecimento da atenção especializada nas regiões, conforme planejamento do SUS e capacidade de manter equipes.
- Articular transporte sanitário e comunicação entre o serviço de origem e o de referência.
- Cobrar continuidade de medicamentos, reabilitação, atenção à saúde da mulher e atendimento em saúde mental.

Atuação na Assembleia

Solicitar dados agregados à SES, examinar relatórios de gestão e orçamento, propor audiências e acompanhar metas nas comissões. Articular soluções com municípios e gestores do SUS. Emendas deverão considerar habilitação, estrutura e custeio sustentável.

Como acompanhar

Mediana de espera por procedimento; atendimentos cancelados; falta de profissionais; procedimentos ofertados por região; continuidade do cuidado. Filas precisam ser medidas com a mesma definição ao longo do tempo.

Primeiro encaminhamento

Definir um conjunto inicial de especialidades para fiscalização, solicitar informações de oferta e espera e identificar os obstáculos que exigem providências estaduais.

Fonte do diagnóstico: SES Pernambuco, Plano Estadual de Saúde 2024–2027. As Regiões de Saúde têm delimitação própria. [09]

PRIORIDADE 03

Água e saneamento

Acompanhar regularidade da água, qualidade do serviço e avanço do tratamento de esgoto.

Diagnóstico

O Monitor de Secas registrou seca em 91% do território pernambucano em agosto de 2026. Essa medida descreve o fenômeno climático e não significa que 91% da população estava sem água. O saneamento precisa ser examinado também por regularidade, qualidade e atendimento urbano e rural, com indicadores do SINISA e da regulação. [07, 10]

O que deve ser priorizado

- Cobrar cronogramas verificáveis para abastecimento, manutenção de sistemas e conclusão de obras prioritárias.
- Acompanhar perdas de água, atendimento de reclamações e medidas de contingência em equipamentos essenciais.
- Defender esgotamento sanitário com coleta, tratamento e operação, considerando soluções adequadas às comunidades rurais.
- Examinar cumprimento de metas contratuais e acesso das famílias elegíveis aos mecanismos tarifários aplicáveis.

Atuação na Assembleia

Fiscalizar ações estaduais e acompanhar prestadores e reguladores pelas vias institucionais. Solicitar relatórios sobre continuidade do abastecimento, obras e metas. Articular municípios e órgãos responsáveis sem confundir atuação parlamentar com operação dos sistemas.

Como acompanhar

Dias ou horas de fornecimento por área; reclamações e prazo de resposta; perdas; acesso à água e esgoto; tratamento efetivo. A base, o universo coberto e o ano de cada indicador deverão estar explícitos.

Primeiro encaminhamento

Selecionar sistemas com registros de interrupção e cruzar informação operacional, risco climático e andamento de obras. Publicar encaminhamentos e retorno dos responsáveis.

Fontes: ANA, Monitor de Secas agosto 2026; Ministério das Cidades, resultados e metodologia do SINISA. [07, 10]

PRIORIDADE 04

Trabalho e desenvolvimento econômico

Conectar formação, pequenos negócios e atividades produtivas à geração de renda nos municípios.

Diagnóstico

A taxa de desocupação de Pernambuco foi de 8,3% no segundo trimestre de 2026, segundo a PNAD Contínua. O indicador mede pessoas sem ocupação que procuram trabalho e estão disponíveis. Não resume sozinho a qualidade do emprego. A proposta é acompanhar também informalidade, rendimento e acesso às oportunidades. [05]

O que deve ser priorizado

- Articular cursos e intermediação de trabalho com necessidades verificadas de empresas, cooperativas e atividades locais.
- Defender assistência aos pequenos negócios para gestão, digitalização, inovação e acesso a mercados.
- Acompanhar programas de crédito e apoio produtivo, evitando tratar endividamento como solução automática.
- Estimular cooperação com universidades, institutos, Sistema S e entidades produtivas para formação e desenvolvimento regional.

Atuação na Assembleia

Examinar políticas estaduais de desenvolvimento e qualificação, sua execução territorial e seus resultados. Debater simplificação e transparência dentro da competência estadual. Qualquer incentivo deverá ser avaliado quanto ao custo, ao impacto fiscal e à contrapartida pública.

Como acompanhar

Conclusão dos cursos; acesso a vagas; rendimento e formalização; sobrevivência dos negócios apoiados; distribuição dos serviços de apoio. Comparações devem considerar contexto econômico e diferenças entre os setores.

Primeiro encaminhamento

Reunir um diagnóstico de oportunidades e lacunas de formação nas doze regiões. Selecionar ações que possam começar por parceria e melhorar estruturas existentes.

Fonte do diagnóstico: IBGE, PNAD Contínua trimestral, 2º trimestre de 2026. [05]

PRIORIDADE 05

Agricultura e desenvolvimento rural

Fortalecer renda, produção e serviços para quem vive e trabalha no campo.

Diagnóstico

O quadro de seca de agosto de 2026 reforça a necessidade de adaptação produtiva e segurança hídrica. A agricultura familiar deve ser considerada junto ao acesso a assistência técnica, infraestrutura e comercialização. O III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional oferece uma referência para articular produção e abastecimento. [07, 11]

O que deve ser priorizado

- Defender assistência técnica continuada e tecnologias adequadas ao clima, ao solo e à capacidade de cada produtor.
- Acompanhar cisternas, sistemas comunitários e outras soluções hídricas conforme avaliação técnica e responsabilidade de operação.
- Articular acesso às compras institucionais, beneficiamento e organização de cooperativas e associações.
- Cobrar conservação de acessos rurais, apoio sanitário e infraestrutura necessária ao escoamento da produção.

Atuação na Assembleia

Fiscalizar políticas e orçamento do desenvolvimento agrário e articular órgãos estaduais, municípios e entidades rurais. Emendas e proposições deverão considerar critérios públicos, assistência técnica e manutenção. Saúde e educação rural também devem entrar no acompanhamento.

Como acompanhar

Famílias atendidas com assistência técnica; continuidade do apoio; acesso à água para uso definido; volume comercializado; perdas produtivas; participação em mercados institucionais. Separar atendimento registrado de melhoria comprovada de renda.

Primeiro encaminhamento

Organizar, com entidades do campo, um levantamento por cadeia produtiva e município. Priorizar entraves que possam ser removidos com assistência, manutenção ou coordenação institucional.

Fontes: ANA, Monitor de Secas; SAS Pernambuco, III Planesan. [07, 11]

PRIORIDADE 06

Infraestrutura e mobilidade

Dar prioridade a obras que possam funcionar e a deslocamentos mais seguros e acessíveis.

Diagnóstico

O TCE identificou 1.551 contratos de obras paralisadas ou com indícios de paralisação no levantamento 2024-2025, incluindo 262 de responsabilidade estadual. A situação de cada contrato precisa ser atualizada. A evidência orienta uma agenda de retomada, conservação e responsabilidade pela manutenção. [08]

O que deve ser priorizado

- Acompanhar obras com impacto em acesso à saúde, educação, água, segurança e atividade econômica.
- Cobrar manutenção de rodovias estaduais, drenagem, sinalização e condições de segurança dos usuários.
- Defender integração e acessibilidade dos deslocamentos metropolitanos e intermunicipais.
- Examinar transporte escolar e sanitário junto às prefeituras e aos órgãos competentes.

Atuação na Assembleia

Solicitar informações de contratos e cronogramas, visitar empreendimentos quando necessário e promover cobrança institucional. Distinguir rodovias estaduais, federais e vias municipais. No metrô e em outras estruturas federais, atuar pela articulação com a União e os responsáveis.

Como acompanhar

Obras retomadas e concluídas; funcionamento após entrega; manutenção prevista; trechos com intervenção; tempo e custo de deslocamento; acessibilidade. Execução financeira deverá ser acompanhada junto à execução física.

Primeiro encaminhamento

Constituir uma relação de obras prioritárias com situação atual, impedimento, custo remanescente, executor e providência necessária. Evitar comprometer recursos sem conhecer o projeto e seu custeio.

Fonte do diagnóstico: TCE Pernambuco, levantamento de obras 2024-2025. [08]

PRIORIDADE 07

Segurança e cultura de paz

Acompanhar proteção da vida e prevenção da violência com foco nos territórios.

Diagnóstico

O Atlas da Violência 2026 registra taxa estimada de 38,6 homicídios por 100 mil habitantes em Pernambuco em 2024, diante de 23,4 no Brasil. A estimativa incorpora homicídios ocultos pela metodologia do estudo. Ela não equivale à série policial da SDS. A proposta combina fiscalização da segurança com prevenção, proteção às mulheres e oportunidades para crianças e jovens. [12, 13]

O que deve ser priorizado

- Cobrar presença e resposta dos serviços de segurança de acordo com os riscos de cada território.
- Articular prevenção com escola, esporte, cultura, assistência social e convivência comunitária.
- Acompanhar a rede de proteção às mulheres e os fluxos de atendimento de situações de violência.
- Defender uso de dados e tecnologia com critérios, prestação de contas e proteção de direitos.

Atuação na Assembleia

Examinar metas, orçamento e resultados da política estadual de segurança. Solicitar informações territoriais e promover audiências com órgãos e comunidades. Acompanhar políticas de prevenção e atendimento, sem substituir investigação ou comando operacional das polícias.

Como acompanhar

Violência letal por população e território; violência contra mulheres; prazo e cobertura dos serviços; acesso às ações de prevenção. Evitar comparar números absolutos de municípios de tamanhos diferentes como se medissem o mesmo risco.

Primeiro encaminhamento

Reunir série territorial de indicadores e identificar áreas com maior exposição ou pior acesso à proteção. Propor uma agenda de acompanhamento integrada, com participação dos conselhos e das redes locais.

Fontes: Ipea e FBSP, Atlas da Violência 2026; SDS Pernambuco, estatísticas criminais. [12, 13]

PRIORIDADE 08

Infância, inclusão e proteção social

Organizar serviços para que vulnerabilidade e deficiência não impeçam o exercício de direitos.

Diagnóstico

O diagnóstico social do SIGAS e os estudos do Censo permitem reconhecer grupos e territórios que exigem respostas específicas. O acesso deve ser examinado no percurso entre assistência social, saúde, escola e transporte. A proposta inclui atenção às pessoas com deficiência, pessoas autistas, idosos, famílias cuidadoras e povos e comunidades tradicionais. [14, 15]

O que deve ser priorizado

- Defender primeira infância integrada, com desenvolvimento infantil, permanência na escola e proteção diante da violência.
- Acompanhar acessibilidade física, comunicacional e digital nos serviços de competência estadual.
- Articular reabilitação e apoio às famílias com continuidade, avaliação profissional e integração com a escola.
- Cobrar cofinanciamento e apoio técnico à assistência social, com atenção aos serviços especializados e aos cuidadores.

Atuação na Assembleia

Fiscalizar orçamento e implementação das políticas, solicitar dados de acesso e debater normas cabíveis de inclusão. Articular gestores e conselhos. Evitar criar uma porta de entrada paralela que enfraqueça as redes públicas existentes.

Como acompanhar

Tempo de acesso a serviços; barreiras identificadas e removidas; continuidade de atendimento; apoio escolar; cobertura territorial da assistência. Usar dados agregados e critérios que preservem informações sensíveis.

Primeiro encaminhamento

Mapear o percurso de acesso em municípios de perfis diferentes, ouvindo usuários e profissionais. Identificar obstáculos de encaminhamento, transporte, equipe e comunicação.

Fontes: SIGAS Pernambuco; IBGE, Censo 2022, deficiência e autismo. [14, 15]

PRIORIDADE 09

Cultura, esporte e turismo

Ampliar acesso à cultura e ao esporte e fortalecer a renda ligada ao patrimônio dos territórios.

Diagnóstico

A diversidade territorial e cultural descrita no planejamento estadual permite pensar políticas que valorizem tradições e atividades locais. A proposta é examinar o acesso contínuo a equipamentos, formação e oportunidades, além dos eventos. Cultura, esporte e turismo devem ser acompanhados por sua distribuição territorial e pela participação dos moradores. [02, 03]

O que deve ser priorizado

- Defender editais e programas com divulgação acessível e apoio à participação de agentes do interior.
- Acompanhar conservação e funcionamento de equipamentos culturais e esportivos.
- Articular formação, calendário e infraestrutura em rotas de turismo cultural, rural e de natureza.
- Estimular acesso de crianças, jovens e pessoas com deficiência a práticas culturais e esportivas regulares.

Atuação na Assembleia

Fiscalizar políticas e orçamento, reunir agentes culturais e esportivos e examinar o alcance dos programas estaduais. Articular qualificação e cooperação municipal. Em turismo, cobrar compatibilidade entre crescimento, serviços urbanos e proteção ambiental.

Como acompanhar

Distribuição de apoio por região; participantes e continuidade das atividades; equipamentos em funcionamento; acesso de grupos com barreiras; renda local quando houver informação confiável. Público de evento não equivale a atendimento continuado.

Primeiro encaminhamento

Reunir dados de equipamentos, iniciativas e oferta regular. Identificar locais onde manutenção, orientação para editais ou parceria possa ampliar o acesso com menor custo.

Referências territoriais: PPA Pernambuco 2024–2027 e Cadernos Regionais. [02, 03]

PRIORIDADE 10

Inovação e serviços públicos digitais

Usar tecnologia para resolver problemas verificáveis e aproximar o atendimento da população.

Diagnóstico

A digitalização deve ser avaliada pelo acesso efetivo e pela conclusão dos serviços. A PNAD TIC permite observar conectividade e uso de internet. O Mapa propõe investigar barreiras de sinal, equipamento, habilidades, linguagem e acessibilidade antes de definir soluções. Modernizar o atendimento exige também revisar seus procedimentos. [16]

O que deve ser priorizado

- Defender serviços simples, com acompanhamento de protocolo e comunicação compreensível.
- Articular atendimento digital acessível com apoio presencial e alternativas para quem tem dificuldade de acesso.
- Estimular inovação no interior, conectando instituições de ensino e atividades produtivas.
- Acompanhar proteção de dados, segurança da informação e transparência no uso de inteligência artificial.

Atuação na Assembleia

Examinar normas e políticas estaduais, fiscalizar investimentos e solicitar indicadores de uso e resolução. Propor medidas cabíveis para acessibilidade e transparência. Projetos devem ser avaliados quanto à integração, manutenção, capacidade das equipes e custo total.

Como acompanhar

Tempo para concluir o serviço; abandono de solicitações; resolução na primeira interação; acessibilidade; custo por atendimento; satisfação. Ter um aplicativo ou chatbot não comprova que o problema foi resolvido.

Primeiro encaminhamento

Selecionar serviços de grande demanda e identificar os passos que mais dificultam o atendimento. Articular simplificação e pilotos com resultados medidos antes de ampliar a solução.

Fonte de referência: IBGE, PNAD Contínua TIC. As medidas descritas são propostas, não serviços já implantados. [16]

TERRITÓRIO RD 12

Metropolitana

Integrar serviços urbanos e ampliar o acesso de quem enfrenta maiores barreiras de deslocamento.



Fernando de Noronha · RD 12
Sem escala comum

Leitura territorial

A região reúne atividades de logística, tecnologia, indústria, saúde e turismo. A leitura proposta para o mandato é aproximar esse dinamismo dos bairros e comunidades com dificuldade de acesso. Mobilidade, saneamento, moradia segura e serviços regionais devem ser examinados em conjunto. Fernando de Noronha exige tratamento próprio por sua condição insular.

Prioridades propostas

- Mobilidade e acesso. Acompanhar integração de transportes, acessibilidade, condições dos terminais e trajetos para trabalho e serviços. Articular a agenda do metrô com a União e os responsáveis.
- Água moradia e risco. Cobrar manutenção de drenagem, saneamento e medidas de prevenção em áreas de risco, conforme estudos técnicos. Priorizar proteção de vidas e funcionamento de equipamentos essenciais.
- Cuidado e oportunidades. Acompanhar oferta regional de saúde, permanência escolar e qualificação conectada a empregos e pequenos negócios.
- Fernando de Noronha. Examinar água, resíduos, saúde, conectividade e logística de abastecimento. Articular necessidades dos moradores com conservação ambiental e capacidade dos serviços.

Atuação parlamentar

Solicitar dados territoriais e reunir municípios, órgãos estaduais e responsáveis federais. Acompanhar orçamento e contratos de serviços e infraestrutura de alcance regional.

Como acompanhar

Tempo de deslocamento; regularidade da água; acesso ao cuidado; providências em áreas de risco; funcionamento de serviços em Noronha.

Municípios da região

Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata. Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 11

Mata Norte

Conectar a atividade industrial e rural a oportunidades que alcancem mais municípios.



Leitura territorial

As cadeias automotiva, sucroalcooleira, de bebidas e de vidro integram a economia regional. A proposta é examinar como formação, transporte e apoio a fornecedores podem ampliar o aproveitamento dessas atividades. Agricultura, cultura e serviços devem participar da agenda, com atenção aos municípios menores e às comunidades rurais.

Prioridades propostas

- Formação ligada ao trabalho. Articular cursos técnicos, qualificação e informação sobre oportunidades. Examinar horários e transporte para permitir participação de jovens e trabalhadores.
- Pequenos fornecedores. Aproximar microempresas, cooperativas e atividades locais de apoio técnico, gestão e acesso a mercados, respeitando critérios das contratações.
- Serviços regionais. Acompanhar acesso a exames, consultas, reabilitação e transporte sanitário. Identificar onde a oferta pode ser ampliada com estrutura e equipes sustentáveis.
- Campo e patrimônio cultural. Defender assistência técnica, acesso à água e comercialização. Articular conservação do patrimônio, atividades culturais regulares e turismo com participação local.

Atuação parlamentar

Reunir oferta de formação, demanda produtiva e obstáculos de acesso. Fiscalizar investimentos estaduais e acompanhar políticas de apoio com distribuição por município.

Como acompanhar

Conclusão de cursos; acesso a oportunidades; atendimento de saúde; famílias rurais assistidas; continuidade das atividades culturais.

Municípios da região

Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 10

Mata Sul

Fortalecer a prevenção de riscos e ampliar serviços e oportunidades em toda a região.



Leitura territorial

A economia reúne atividades rurais, indústria de alimentos e turismo. O Plano Estadual de Saúde descreve o desgaste de pacientes da III Região de Saúde em viagens para tratamentos no Recife. Essa referência reforça a proposta de acesso regional ao cuidado. Vitória de Santo Antão, Palmares e os demais municípios devem integrar uma agenda de cooperação que também contemple prevenção de enchentes, infraestrutura, litoral e comunidades rurais. [09]

Prioridades propostas

- Prevenção e água. Atualizar com os órgãos competentes a situação de áreas de risco, drenagem e obras hídricas. Cobrar medidas de prevenção e planos de contingência, além da resposta emergencial.
- Saúde e deslocamento. Acompanhar regulação, transporte sanitário e atendimento especializado. Examinar a oferta regional e o percurso até a conclusão do cuidado.
- Educação e economia. Articular formação técnica com indústria, serviços e atividades rurais. Defender apoio a pequenos negócios e às famílias que vivem da produção agrícola.
- Turismo e serviços urbanos. Acompanhar saneamento, mobilidade, resíduos e qualificação nos destinos turísticos. Articular crescimento da atividade com condições de vida dos moradores.

Atuação parlamentar

Consolidar uma relação de obras e serviços prioritários, incluindo diagnóstico atualizado dos investimentos citados pelo TCE. Articular acompanhamento com gestores e comunidades.

Como acompanhar

Situação das obras; acesso à água; providências em áreas de risco; espera em saúde; permanência e conclusão da formação técnica.

Municípios da região

Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Vitória de Santo Antão, Xexéu.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 08

Agreste Central

Ampliar oportunidades a partir da indústria, do comércio, da produção rural e da cultura.



Leitura territorial

O território reúne atividades industriais, comércio de vestuário e produção agropecuária. A proposta é associar expansão econômica a formação, infraestrutura e acesso a serviços. Caruaru e outros centros regionais podem contribuir com a cooperação, desde que o atendimento também considere os municípios menores e os deslocamentos rurais.

Prioridades propostas

- Formação e produtividade. Articular qualificação para indústria, comércio, serviços e atividades rurais. Defender apoio à gestão e digitalização dos pequenos negócios.
- Água e ambiente. Acompanhar abastecimento, perdas e tratamento de esgoto. Debater soluções adequadas aos usos urbanos e produtivos, com fiscalização dos órgãos competentes.
- Acesso ao cuidado. Examinar demanda e oferta regional de atendimento especializado, saúde mental e reabilitação. Identificar barreiras de transporte e encaminhamento.
- Cultura e mobilidade. Articular conservação de acessos e funcionamento dos equipamentos. Defender atividades culturais e esportivas contínuas, além das temporadas de eventos.

Atuação parlamentar

Solicitar informações sobre formação, infraestrutura e serviços por município. Acompanhar investimentos estaduais e articular respostas comuns quando houver vantagem regional.

Como acompanhar

Oferta e conclusão de formação; regularidade da água; atendimento especializado; funcionamento de equipamentos; situação dos acessos.

Municípios da região

Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Una, São Caitano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 09

Agreste Setentrional

Apoiar as cadeias de confecção e movelaria e ampliar a infraestrutura que sustenta sua atividade.



Leitura territorial

Confecções, movelaria, fruticultura e turismo aparecem entre as cadeias regionais do planejamento estadual. A proposta é examinar produtividade, qualificação, regularização e acesso a mercados junto às condições de água, mobilidade e saúde. A agenda deverá contemplar tanto os polos produtivos quanto as comunidades rurais.

Prioridades propostas

- Confecção e trabalho. Articular formação em produção, gestão e comércio digital. Acompanhar políticas de apoio à formalização e proteção dos trabalhadores pelas instituições competentes.
- Movelaria e inovação. Reunir o setor de João Alfredo e de outros municípios para identificar necessidades de formação, design, tecnologia, segurança e comercialização.
- Água e infraestrutura. Cobrar acompanhamento da regularidade do abastecimento, do saneamento e das conexões viárias que servem à população e às atividades produtivas.
- Saúde e permanência escolar. Examinar acesso a atendimento regional e condições para que jovens conciliem estudo e trabalho sem interromper sua formação.

Atuação parlamentar

Promover diálogo entre instituições de ensino, entidades produtivas e gestores. Fiscalizar execução territorial de programas e cobrar manutenção das estruturas estaduais.

Como acompanhar

Formação concluída; negócios apoiados; regularidade da água; acesso ao cuidado; permanência escolar e condições dos deslocamentos.

Municípios da região

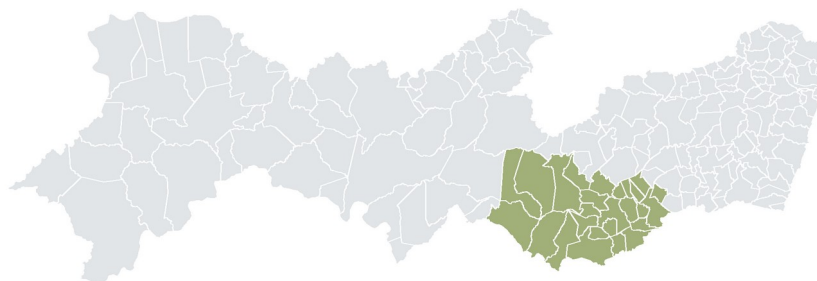
Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Vicente Férrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério, Vertentes.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 07

Agreste Meridional

Associar produção rural e serviços regionais a melhores condições de vida no campo e nas cidades.



Leitura territorial

Leite e derivados, cafeicultura, avicultura, artesanato e turismo integram a diversidade produtiva regional. A leitura proposta destaca a relação entre assistência técnica, água, estradas e comercialização. Saúde, educação e proteção social devem considerar as distâncias entre os centros de atendimento e as comunidades.

Prioridades propostas

- Produção e renda rural. Defender assistência técnica e apoio sanitário, beneficiamento e comercialização. Identificar entraves das cadeias produtivas com participação de produtores e cooperativas.
- Água e acessos. Acompanhar soluções hídricas, manutenção de sistemas e condições de deslocamento. Priorizar rotas relevantes para escola, saúde e escoamento.
- Saúde regional. Examinar espera, oferta de especialidades e transporte sanitário. Acompanhar as condições de funcionamento dos serviços que atendem mais de um município.
- Formação e inclusão. Articular educação técnica e apoio à permanência. Incorporar comunidades indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e famílias cuidadoras ao diagnóstico de acesso.

Atuação parlamentar

Reunir gestores e entidades rurais para organizar demandas por serviço e cadeia produtiva. Articular financiamento e fiscalizar ações estaduais com critérios territoriais.

Como acompanhar

Assistência técnica continuada; comercialização; regularidade da água; acesso a serviços; condições dos trajetos e conclusão da formação.

Municípios da região

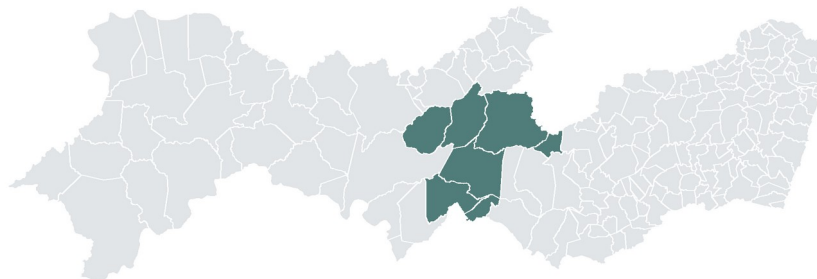
Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga, Venturosa.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 06

Sertão do Moxotó

Fortalecer convivência com o semiárido e acesso regional a serviços essenciais.



Leitura territorial

O território combina atividades rurais, fruticultura irrigada, indústria alimentícia e serviços. A proposta é examinar a desigualdade de acesso entre cidades e comunidades, com especial atenção a água, educação, saúde e proteção social. Povos indígenas e comunidades tradicionais devem participar das decisões que afetem suas condições de vida.

Prioridades propostas

- Água com continuidade. Acompanhar sistemas e obras de abastecimento, manutenção e operação. Identificar responsabilidades e evitar que a entrega física deixe a comunidade sem serviço.
- Escola e qualificação. Articular formação técnica e permanência escolar. Examinar transporte e conectividade, considerando áreas rurais e especificidades culturais.
- Saúde e proteção social. Acompanhar o percurso de atendimento especializado, reabilitação e saúde mental. Articular apoio às famílias com maior privação material.
- Renda e atividade rural. Defender assistência técnica, comercialização e tecnologias adequadas à disponibilidade hídrica. Integrar a análise das cadeias produtivas às oportunidades de formação.

Atuação parlamentar

Solicitar diagnósticos atuais de sistemas hídricos e serviços regionais. Organizar diálogo com comunidades, conselhos e órgãos competentes, incluindo proteção de direitos territoriais.

Como acompanhar

Funcionamento de sistemas; espera em saúde; permanência escolar; acesso a assistência técnica; continuidade da proteção social.

Municípios da região

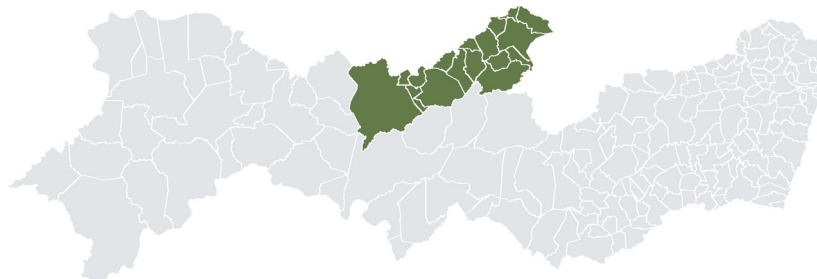
Arcoverde, Betânia, Custódia, Ibimirim, Inajá, Manari, Sertânia.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 05

Sertão do Pajeú

Aproximar os serviços regionais e fortalecer renda e oportunidades nos municípios.



Leitura territorial

O planejamento territorial registra pecuária, ovinocaprinocultura e atividades de serviços entre as cadeias regionais. A proposta é conectar sua melhoria à segurança hídrica e à formação. Saúde e educação devem ser examinadas com atenção aos percursos até os centros regionais e ao acesso das comunidades rurais.

Prioridades propostas

- Segurança hídrica. Acompanhar regularidade, perdas e manutenção de sistemas. Examinar abastecimento comunitário e medidas de contingência conforme critérios técnicos.
- Saúde e transporte. Identificar gargalos de consultas, exames, reabilitação e continuidade do tratamento. Articular oferta regional com transporte sanitário e comunicação entre equipes.
- Formação no território. Reunir instituições e entidades produtivas para identificar cursos e atividades que permitam a jovens desenvolver trabalho nos municípios.
- Produção e cultura. Defender assistência técnica, organização produtiva e acesso a mercados. Articular turismo, patrimônio e atividades culturais com participação das comunidades.

Atuação parlamentar

Organizar demandas comuns entre municípios e acompanhar sua entrada no planejamento estadual. Cobrar andamento de obras e medidas operacionais com impacto regional.

Como acompanhar

Regularidade da água; espera e deslocamento em saúde; conclusão da formação; assistência rural; continuidade das atividades culturais.

Municípios da região

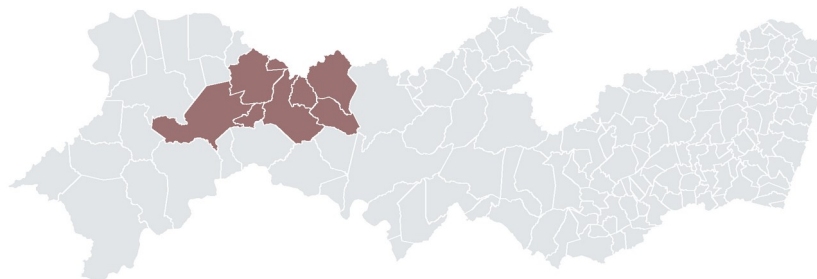
Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixabá, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo, Tuparetama.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 04

Sertão Central

Transformar a posição regional e as atividades produtivas em oportunidades acessíveis à população.



Leitura territorial

Ovinocaprinocultura, energias renováveis e serviços integram as cadeias indicadas para o território. A proposta é relacionar essas atividades à qualificação e à infraestrutura que atende os moradores. Água, acesso a saúde e apoio aos pequenos negócios precisam acompanhar a agenda de desenvolvimento.

Prioridades propostas

- Água e funcionamento. Atualizar a situação de obras e sistemas, inclusive investimentos citados em diagnósticos de paralisação. Cobrar cronogramas, operação e manutenção.
- Formação e oportunidades. Articular cursos ligados a atividades rurais, serviços, logística e energia. Examinar a demanda real antes de propor novas ofertas.
- Conexões e serviços. Acompanhar rodovias estaduais e deslocamentos de acesso a saúde e educação. Em obras federais e ferroviárias, articular diálogo com a União e os responsáveis.
- Produção e pequenos negócios. Defender assistência técnica e apoio à gestão e comercialização. Examinar como fornecedores locais podem participar das atividades da região.

Atuação parlamentar

Consolidar uma agenda intermunicipal de infraestrutura, formação e serviços. Distinguir responsabilidades estaduais, municipais e federais e registrar cada encaminhamento.

Como acompanhar

Situação das obras e sistemas; formação concluída; acesso a serviços; condições dos trajetos; alcance do apoio produtivo.

Municípios da região

Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova, Verdejante.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 03

Sertão do Araripe

Apoiar a produção e reduzir barreiras de água, formação e atendimento regional.



Leitura territorial

Gesso, apicultura, mandioca e pecuária integram as atividades regionais. A leitura proposta relaciona competitividade e trabalho à proteção ambiental e ao acesso a serviços. O acompanhamento deve considerar os polos urbanos e as comunidades mais distantes, com especial atenção à segurança hídrica.

Prioridades propostas

- Produção e ambiente. Articular qualificação, inovação e eficiência nas cadeias produtivas. Cobrar dos órgãos competentes o acompanhamento das condições ambientais e de saúde do trabalhador.
- Água e adaptação. Acompanhar abastecimento, manutenção e soluções comunitárias. Definir prioridades a partir da situação dos sistemas e do risco climático.
- Saúde regional. Examinar a oferta de especialidades e a necessidade de deslocamento. Defender integração da regulação com transporte e continuidade do cuidado.
- Agricultura e patrimônio. Apoiar assistência técnica, comercialização e atividades de renda rural. Articular patrimônio cultural e turismo com qualificação e conservação.

Atuação parlamentar

Reunir órgãos, municípios, trabalhadores e entidades produtivas. Acompanhar políticas estaduais e investimentos com indicadores de operação, acesso e atendimento.

Como acompanhar

Regularidade da água; acesso a especialidades; continuidade da assistência técnica; conclusão da formação; providências ambientais verificadas.

Municípios da região

Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 01

Sertão de Itaparica

Ampliar o acesso à água e apoiar atividades produtivas com inclusão territorial.



Leitura territorial

Fruticultura irrigada, ovinocaprinocultura e piscicultura compõem atividades regionais. A proposta é examinar como os sistemas hídricos e os serviços atendem as diferentes comunidades. A presença de recursos hídricos em uma região não comprova acesso regular para todos os moradores; a avaliação precisa chegar ao sistema e à localidade.

Prioridades propostas

- Água e operação. Identificar cobertura, regularidade e qualidade por comunidade. Acompanhar sistemas de abastecimento e sua capacidade de manutenção.
- Produção e mercados. Articular assistência técnica, organização produtiva, apoio sanitário e beneficiamento. Examinar água e logística conforme a necessidade de cada atividade.
- Povos e comunidades. Incorporar participação indígena e das comunidades tradicionais. Articular educação, saúde e proteção social com respeito às competências e aos direitos aplicáveis.
- Formação e saúde. Defender oferta técnica e atendimento regional acessíveis. Examinar transporte, conectividade e integração de encaminhamentos.

Atuação parlamentar

Organizar demandas por comunidade e serviço. Reunir gestores e entidades para identificar responsabilidades, soluções e condições de custeio antes de direcionar recursos.

Como acompanhar

Funcionamento dos sistemas; acesso a saúde e formação; comercialização; continuidade do apoio técnico; participação comunitária.

Municípios da região

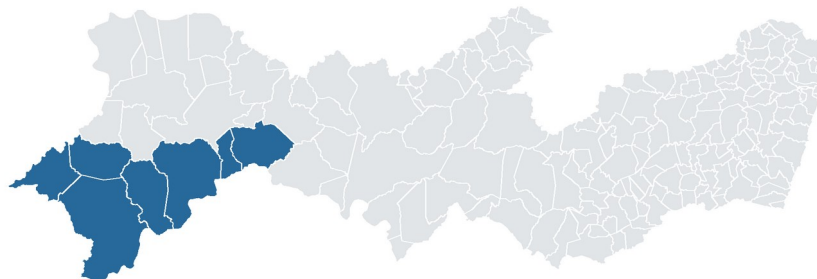
Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

TERRITÓRIO RD 02

Sertão do São Francisco

Associar a força produtiva da região a serviços e oportunidades distribuídos no território.



Leitura territorial

Fruticultura irrigada, vitivinicultura, agricultura e piscicultura integram as cadeias regionais. A proposta é acompanhar a relação entre desenvolvimento econômico, condições de trabalho e acesso a serviços. Petrolina e os demais municípios devem ser examinados também por seus bairros e comunidades rurais.

Prioridades propostas

- Trabalho e qualificação. Articular formação para produção, beneficiamento, logística e serviços. Acompanhar oportunidades de trabalhadores e apoio a pequenos fornecedores.
- Saúde e integração. Examinar oferta especializada, regulação e transporte. Articular cooperação interestadual quando necessária, respeitando o planejamento e a pactuação do SUS.
- Água e ambiente urbano. Acompanhar abastecimento, esgotamento sanitário e infraestrutura nas áreas em expansão. Examinar condições de funcionamento e manutenção.
- Produção familiar e serviços rurais. Defender assistência técnica, comercialização e acesso a mercados. Integrar o diagnóstico rural às necessidades de escola, conectividade e atendimento público.

Atuação parlamentar

Reunir indicadores territoriais e demandas dos municípios. Fiscalizar execução de programas estaduais e articular respostas com instituições produtivas e responsáveis por serviços regionais.

Como acompanhar

Conclusão da formação; acesso a serviços; regularidade da água; tratamento de esgoto; continuidade da assistência rural e apoio produtivo.

Municípios da região

Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista.

Propostas para validação local. Regionalização do PPA para 2026; referências territoriais do PPA e dos Cadernos Regionais. [02, 03, 20]

MAPA DE PRIORIDADES

184 municípios e cooperação regional

Todo município deve ter uma porta de entrada para demandas e uma forma de acompanhar os encaminhamentos.

Cobertura e equidade

A proposta é organizar atendimento territorial para os 184 municípios e para Fernando de Noronha, respeitando sua condição de distrito estadual. O acesso ao mandato deverá considerar a necessidade pública, sem depender do tamanho do município ou de vínculo político.

Ficha municipal

Cada registro deverá conter município, comunidade ou bairro, região, descrição do problema, grupo afetado, fonte, evidências, órgão responsável, encaminhamento e data de retorno. Uma mesma demanda pode envolver vários municípios, mas precisa conservar seus locais de origem.

Cooperação para serviços comuns

Quando um serviço regional já atende vários municípios, a análise deve verificar acesso, capacidade e fluxo. Construir uma estrutura em cada cidade pode ser menos viável que fortalecer uma rede com transporte, equipes e encaminhamentos adequados. A escolha depende de estudo e participação local.

Capacidade dos municípios

O apoio à elaboração de projetos, à captação de recursos e à prestação de contas deve utilizar estruturas competentes e programas existentes. Uma demanda sem projeto, licença ou previsão de operação pode precisar primeiro de assistência técnica. O FEM e as ferramentas de captação da Seplag são referências para essa articulação. [17]

Agenda territorial

Organizar reuniões e visitas por demandas comuns. Registrar quem participou, o que foi apresentado, os compromissos assumidos pelos responsáveis e a data prevista para nova avaliação. Cadastros de contatos facilitam articulação, mas não substituem registros de escuta ou diagnóstico.

Acesso para comunidades menores

Além dos centros urbanos, o acompanhamento deve chegar a distritos, comunidades rurais, povos indígenas, quilombolas e localidades com barreiras de transporte ou conectividade.

MAPA DE PRIORIDADES

Prioridades municipais com alcance regional

Uma demanda local pode produzir benefícios para municípios vizinhos. O critério deve ser o serviço oferecido e a população atendida.

Exemplo de prioridade	O que verificar antes do encaminhamento
Saúde e reabilitação regional	Área atendida, oferta atual, espera, transporte, equipe e custeio.
Formação técnica	Procura, atividades locais, estrutura, permanência e acesso dos municípios próximos.
Sistema de abastecimento	Localidades atendidas, regularidade, capacidade, manutenção e responsabilidade pela operação.
Acesso viário	Competência sobre a via, usos essenciais, segurança e conexão com serviços e produção.
Equipamento cultural ou esportivo	Uso previsto, acesso de comunidades, equipe, calendário e manutenção.
Inovação em serviços	Problema definido, integração com a rede, acessibilidade e capacidade de sustentação.

Vitória de Santo Antônio e seu entorno

Dentro da Mata Sul, propõe-se aprofundar em Vitória o acesso à saúde regional, a formação técnica, o apoio a pequenos negócios e a inovação em serviços públicos. A análise deve examinar quem poderá ser atendido nos municípios próximos e quais condições de transporte, equipe e custeio serão necessárias.

Aplicação em outras regiões

O mesmo método deve orientar os demais territórios. Um polo regional pode ajudar a ampliar atendimento, desde que a cooperação não transfira custos e deslocamentos excessivos para a população. O diagnóstico precisa mostrar o benefício e as condições de acesso.

Critério para o orçamento

A indicação de recursos deverá se apoiar em objeto definido e benefício verificável. O registro público deve informar a finalidade, o executor e a população prevista, sem transformar articulação ou anúncio em entrega concluída.

MAPA DE PRIORIDADES

Da prioridade à ação parlamentar

O instrumento deve ser escolhido conforme o problema, a competência e a providência necessária.

Instrumento	Aplicação
Proposição legislativa	Tratar matéria de competência estadual com análise jurídica e respeito à iniciativa reservada.
Emenda ao orçamento	Direcionar recursos nas condições legais, com objeto, executor e viabilidade.
Pedido de informação	Obter dados, contratos, metas, justificativas e situação de execução pelas vias regimentais.
Audiência pública	Reunir órgãos, especialistas e população para esclarecer o problema e registrar encaminhamentos.
Fiscalização	Examinar execução física, financeira e funcionamento de políticas e serviços.
Indicação e articulação	Encaminhar providências de competência de outro Poder ou ente e acompanhar sua resposta.

Análise antes da proposta

O mandato deverá verificar legislação existente, atribuição do órgão, custo e forma de implementação. A criação de cargos, reorganização administrativa e outras matérias de iniciativa reservada exigem o encaminhamento constitucional adequado. Quantidade de projetos apresentados não mede, sozinha, efetividade. [18]

Um exemplo de encaminhamento

Diante de espera elevada por exames, o primeiro passo é obter dados de fila, oferta e fluxo. O debate poderá indicar ampliação de capacidade, mudança operacional ou financiamento. Uma nova lei somente deve ser considerada quando a análise revelar necessidade normativa dentro da competência parlamentar.

Resultado registrável

O acompanhamento deve informar instrumento utilizado, órgão acionado, resposta, prazo e evidência de mudança. Um pedido apresentado, uma reunião realizada e um serviço implantado são etapas diferentes.

Referência institucional: Alepe, legislação estadual e Regimento Interno. [18]

MAPA DE PRIORIDADES

Orçamento e viabilidade das prioridades

Cada prioridade precisa encontrar lugar no planejamento e condições para funcionar.

PPA, LDO e LOA

O Plano Plurianual organiza programas e objetivos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta a elaboração do orçamento. A Lei Orçamentária Anual prevê receitas e autoriza despesas. A proposta do mandato é acompanhar essas peças, suas revisões e a execução, relacionando prioridades a programas e ações existentes. [02, 18]

Antes de indicar um investimento

- Definir o problema, o objeto e a população a ser atendida.
- Identificar executor, competência, projeto e documentação necessária.
- Verificar licenciamento, propriedade do imóvel e condições para iniciar a ação, quando aplicáveis.
- Conhecer custo de implantação e despesas permanentes com equipe, insumos e manutenção.
- Examinar alternativas que usem estruturas existentes ou cooperação entre municípios.

Critérios de distribuição

Considerar gravidade, desigualdade de acesso, benefício territorial, maturidade da proposta e continuidade do serviço. O mandato deve explicar seus critérios e publicar a finalidade das indicações. Equidade não exige o mesmo valor para todos, mas decisões justificadas por necessidades públicas.

Acompanhar a execução

Registrar valores indicados, autorizados, empenhados, liquidados e pagos conforme as informações oficiais. Comparar esse percurso com execução física e operação. Pagamento não comprova conclusão; conclusão não comprova funcionamento.

Quando a proposta ainda não está pronta

Organizar a providência preparatória necessária. Um município pode precisar primeiro de projeto, apoio técnico ou solução de impedimento. O acompanhamento deverá identificar a dependência e o responsável, evitando compromissos de entrega sem base de execução.

MAPA DE PRIORIDADES

Painel de acompanhamento do Mapa Vivo

Cada demanda terá um percurso documentado, com informação que permita cobrar providências.

Situação	Condição para registro
Registrada	Problema, local, origem e data identificados.
Em análise	Competência, evidências, alternativas e viabilidade em avaliação.
Em articulação	Órgãos ou parceiros acionados, com registro de reunião ou contato institucional.
Encaminhada	Protocolo, instrumento, destinatário e providência solicitada identificados.
Em execução	Confirmação do executor e evidência de ação iniciada.
Em acompanhamento	Verificação de andamento, serviço ou compromisso em curso.
Atendida	Resultado confirmado e evidência de funcionamento, quando aplicável.
Reprogramada ou encerrada	Justificativa pública, dependência ou razão para interromper o acompanhamento.

Campos mínimos

Identificador, tema, região, município, descrição, fonte, executor, instrumento, situação, próxima providência, data de revisão e evidência. Nos investimentos, acrescentar valores e cronograma. O painel público deverá apresentar informações agregadas e preservar dados pessoais.

Indicadores do mandato

Acompanhar tempo até a primeira resposta, demandas com encaminhamento, respostas dos órgãos, pendências por região e resultados confirmados. Distinguir produtividade do gabinete de mudanças produzidas pelos executores.

Prestação de contas

Publicar sínteses periódicas com avanços e obstáculos. Quando uma demanda continuar pendente, informar o motivo, a última providência e o que falta. A classificação Atendida deverá exigir confirmação, e não apenas anúncio.

MAPA DE PRIORIDADES

Agenda para os primeiros 100 dias

Proposta de organização do trabalho a partir do início de um eventual mandato.

Período	Trabalho proposto	Produto verificável
Dias 1 a 30	Reunir bases, definir campos de registro e solicitar dados prioritários.	Base de demandas e relação de pedidos de informação.
Dias 31 a 60	Validar diagnósticos com municípios, conselhos e órgãos; identificar impedimentos.	Agenda territorial e prioridades com responsáveis identificados.
Dias 61 a 100	Escolher instrumentos, formalizar encaminhamentos e publicar a primeira síntese.	Painel inicial, protocolos e agenda de acompanhamento.

Quatro frentes iniciais

- Saúde: reunir informações de acesso a especialidades e identificar os principais obstáculos de regulação e atendimento.
- Água: atualizar a situação de sistemas e obras com registro de interrupção, pendência ou risco de continuidade.
- Educação e trabalho: reunir oferta técnica, procura, permanência e conexão com atividades regionais.
- Infraestrutura: atualizar uma relação de obras prioritárias e identificar impedimentos para retomada e funcionamento.

O que cabe ao mandato controlar

A organização dos registros, a apresentação de pedidos e proposições cabíveis, o diálogo institucional e a prestação de contas dependem diretamente do trabalho parlamentar. A implantação de serviços e a conclusão de obras dependem também dos executores, do orçamento e das condições técnicas.

Revisão após 100 dias

Publicar o que foi validado, o que mudou nas prioridades e quais encaminhamentos permanecem pendentes. Definir a agenda seguinte com base nas respostas obtidas e na gravidade das necessidades.

MAPA DE PRIORIDADES

Participação e atualização do Mapa

A participação deve permitir que a população apresente problemas e receba informações sobre seu encaminhamento.

Como apresentar uma prioridade

Informar município, bairro ou comunidade, problema observado, pessoas afetadas e serviço envolvido. Se houver documentos públicos, fotos ou protocolos, indicar a evidência disponível. A equipe deverá orientar o envio sem exigir informações pessoais desnecessárias.

Como registrar a escuta

Identificar data, local, forma de participação e síntese da demanda. Relatos não devem ser convertidos automaticamente em diagnóstico de todo um município. A confirmação exige diálogo com responsáveis, dados e, quando necessário, verificação no local.

Canais e atendimento

O TúlioZAP pode ser utilizado como contato para apresentação de prioridades. A proposta do Mapa Vivo é organizar protocolo e retorno, com alternativas de participação presencial e apoio a quem tem dificuldade de acesso digital. A implantação de um painel público deverá ser acompanhada da definição de responsáveis e rotina de atualização.

Periodicidade proposta

Revisar encaminhamentos regularmente e publicar uma síntese trimestral. Atualizar o documento após os primeiros 100 dias e, depois, anualmente ou quando uma mudança relevante justificar nova edição. Cada versão deverá conservar data e histórico de alterações.

Proteção da informação

Publicar o problema e sua localização com o detalhamento necessário ao controle social. Preservar dados de saúde, contatos privados e outras informações sensíveis. Autorizações, acessibilidade e segurança devem integrar o desenho dos canais.

Contato

TúlioZAP (81) 9821-40015

Ao apresentar sua demanda, informe a cidade e a comunidade. O QR Code da contracapa abre uma conversa nesse canal.

MAPA DE PRIORIDADES

Fontes e referências

Fontes públicas consultadas para esta edição. Data de consulta 30 de setembro de 2026.

01 IBGE

Censo Demográfico 2022 e panorama de Pernambuco. População e divisão administrativa.

[Acessar fonte](#)

02 Pernambuco e Seplag

PPA 2024–2027 e revisão para 2026. Lei nº 19.159/2025, art. 1º, § 2º, como referência regional desta edição.

[Acessar fonte](#)

03 Seplag Pernambuco

Cadernos Regionais 2025. Referências territoriais. A delimitação adotada neste Mapa é a da revisão do PPA para 2026.

[Acessar fonte](#)

04 Instituto Jones dos Santos Neves

Pobreza nos estados brasileiros 2024. Publicado em maio de 2025. PNAD Contínua; percentuais e linhas de renda dessa publicação.

[Acessar fonte](#)

05 IBGE

PNAD Contínua trimestral do segundo trimestre de 2026. Desocupação por unidade da Federação. Divulgação de 14 de agosto de 2026.

[Acessar fonte](#)

06 Inep

Ideb e Saeb 2025 em Pernambuco. Divulgação de agosto de 2026. Identificar a rede e a etapa ao utilizar cada resultado.

[Acessar fonte](#)

07 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Monitor de Secas agosto de 2026. Atualização divulgada em setembro de 2026. Percentuais referem-se à área territorial.

[Acessar fonte](#)

08 Tribunal de Contas de Pernambuco

Levantamento de obras 2024–2025. Contratos paralisados ou com indícios. A situação de cada obra exige atualização.

[Acessar fonte](#)

09 Secretaria Estadual de Saúde

Plano Estadual de Saúde 2024–2027. Diagnóstico, regionalização e redes. Os dados do plano têm diferentes anos de referência.

[Acessar fonte](#)

10 Ministério das Cidades

Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico. Resultados, conceitos e metodologia do SINISA. Observar o ano de referência de cada coleta.

[Acessar fonte](#)

MAPA DE PRIORIDADES

Fontes e atualização dos dados

Fontes públicas consultadas para esta edição. Data de consulta 30 de setembro de 2026.

11 SAS Pernambuco

III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Referência para articulação de produção, abastecimento e proteção social.

[Acessar fonte](#)

12 Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Atlas da Violência 2026. Indicadores baseados em fontes de mortalidade e notificações; distinguir dos registros policiais.

[Acessar fonte](#)

13 Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

Estatísticas criminais. Atualização e comparação territorial conforme conceitos e períodos das séries.

[Acessar fonte](#)

14 SIGAS Pernambuco

Diagnóstico situacional de junho de 2026. Registro administrativo da assistência social; não equivale a pesquisa de toda a população.

[Acessar fonte](#)

15 IBGE

Censo 2022 sobre deficiência e autismo. Referência para recortes de acesso e inclusão.

[Acessar fonte](#)

16 IBGE

PNAD Contínua sobre tecnologia da informação e comunicação. Referência para conectividade e uso de internet; selecionar o período em cada atualização.

[Acessar fonte](#)

17 Seplag Pernambuco

Serviços de apoio aos municípios. FEM, captação e formação de servidores municipais.

[Acessar fonte](#)

18 Assembleia Legislativa de Pernambuco

Legislação estadual e Regimento Interno. Consulta institucional para competência, iniciativa e instrumentos parlamentares.

[Acessar fonte](#)

19 IBGE

API de malhas territoriais. Cartografia municipal simplificada de Pernambuco, agregada pela regionalização legal de 2026.

[Acessar fonte](#)

20 Pernambuco e Seplag

Plano Plurianual 2024–2027. Diagnóstico territorial e cadeias produtivas. A regionalização utilizada neste Mapa segue a revisão legal de 2026.

[Acessar fonte](#)

Os diagnósticos orientam propostas. Os indicadores de acompanhamento deverão receber situação inicial e metas após validação técnica e territorial.

PARTICIPAÇÃO E CONTINUIDADE

Este Mapa continua com Pernambuco

As prioridades destas páginas deverão orientar diálogo, encaminhamento e prestação de contas ao longo do trabalho parlamentar.

Cada cidade e cada comunidade podem contribuir para aprofundar este Mapa. O compromisso proposto é registrar as necessidades, identificar os responsáveis e acompanhar o que for encaminhado.

Apresente uma prioridade da sua cidade



TúlioZAP (81) 9821-40015

[Abrir conversa no WhatsApp](#)

Túlio Arruda

Educador e gestor público

Edição setembro de 2026